



Prefácio

O ano de 2023 foi marcado por eventos climáticos mais frequentes e intensos, como no caso do “super El Niño”, que afeta diretamente as Américas. Constatados os danos e riscos associados ao clima, ele começa a ser visto como uma “ameaça existencial” para a vida no planeta (Sears, 2021). Assim, a mudança global do clima agrava desafios conhecidos e traz novos desafios para a geopolítica, como o uso de inovações tecnológicas, aumentando assim o grau de incerteza para a construção de cenários futuros. Entre elas, a geoengenharia, a inteligência artificial, e os novos combustíveis, como o combustível sustentável de aviação, e os hidrogênios verde e azul.

Historicamente, o quase-monopólio de tecnologias avançadas tem permitido a uma ínfima parte da humanidade projetar poder sobre os cinco domínios (terrestre, marítimo, aéreo, espacial e cibernético) e sobre a biosfera. Com inovações tecnológicas, é possível não apenas monitorar e explorar, mas também colonizar a Amazônia, a Antártica e os fundos marinhos, porém, acelerando um processo de liberação de gases de efeito estufa (GEE) sem precedentes. Consequentemente, a concentração de poder na ordem internacional e o aumento das desigualdades sociais tendem a aumentar neste século. Se a insegurança climática pode afetar sobremaneira a segurança humana, alimentar, hídrica, sanitária e energética, como os Estados soberanos devem se adaptar agora?

Neste contexto, a inércia política é um dos maiores desafios atuais. Com o atual fracasso da mitigação (ONU, 2023), a adaptação para aumento da resiliência tornou-se uma agenda imprescindível. Entretanto, quem está preparado de forma adequada? Quem está pensando nos riscos globais? Se a Floresta Amazônica, o Cerrado e outros ecossistemas também estão ameaçados pela mudança do clima, como pode ser pensada a cooperação regional? No caso das Américas, pelo fato de haver inestimáveis riquezas biológicas e minerais, fragilidades institucionais, com alta taxa de desigualdade social, a vulnerabilidade é tanto mais grave que ela é crescente. Neste quadro, cabe às Forças Armadas se prepararem para: conflitos relacionados à insegurança climática; o deslocamento interno de pessoas; fluxos migratórios; ameaças à infraestrutura crítica; e à soberania nacional.

A presente edição da Revista Diálogos Soberania e Clima tem por objetivo enriquecer este debate, com foco nas Américas e nos atores institucionais, notadamente os militares, que também atuarão na linha de frente toda vez que ocorrer uma crise atrelada às questões climáticas. Autores de seis países oferecem pistas para a reflexão sobre quais são as principais ameaças e medidas relevantes para responder aos cenários em vias de construção. No artigo “Aprimorando a resiliência climática: uma abordagem sugestiva para a Argentina”, Maria Guadalupe Kerlakian demonstra a situação argentina e explica o necessário envolvimento de atores do setor público e privado. Em seguida, Paulo Roberto da Silva Gomes Filho analisa seis diferentes perspectivas de impactos nas missões das Forças Armadas Brasileiras no artigo “Impactos das mudanças climáticas sobre o preparo e o emprego das Forças Armadas”, incluindo ajuda humanitária multilateral. No artigo “Ação e combate à crise climática em meio ao conflito e pós-conflito colombiano: esforços dos setores público e privado”, Anna María Franco Gantiva destaca o cenário político nacional a partir da instrumentalização da natureza durante o conflito armado, com o conceito de paz territorial. Patrick Paterson e Luis Bitencourt, no artigo “Esforços de mitigação climática das Forças Armadas dos EUA”, sublinham que a Estratégia Nacional de Segurança dos EUA de 2022

reconheceu o clima como uma ameaça “potencialmente existencial” e analisam quatro desafios imbricados para as Forças Armadas mais poderosas do planeta. Em “Guatemala e as ações frente às mudanças climáticas”, Genners Arturo Barrios Garay ressalta a vulnerabilidade nacional e destaca respostas para o problema do clima, com destaque para o Plano Nacional de Energia. Finalmente, Fernando Portillo Romero, em “O Fenômeno El Niño e suas implicações no Peru” observa a necessidade de compreensão dos riscos associados ao El Niño para reduzir a vulnerabilidade de comunidades e ecossistemas peruanos.

Decorrem daí duas grandes conclusões: primeiro, a necessidade de se preparar no curto prazo para futuros incertos, em escala local e nacional. Segundo, o interesse na cooperação regional por meio de estratégias e políticas para a mitigação, adaptação e resiliência climáticas.

Ana Flávia Barros-Platiau

Universidade de Brasília e Escola Superior de Defesa

REFERÊNCIAS

1. ONU (2023) AR6 Synthesis Report, Climate Change 2023. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-cycle/>. (Acesso: 07 jan. 2024).
2. Sears, N. (2021) ‘International Politics in the Age of Existential Threats’, Journal of Global Security Studies, 6(3). doi: <https://doi.org/10.1093/jogss/ogaa027>